



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS 3

PREGÃO ELETRONICO Nº 90.002/2026-CRO3

**JUSTIFICATIVA DE INVIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS EM
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Tendo em vista que o serviço objeto do presente processo licitatório será executado em Organização Militar, onde a segurança das instalações e de pessoal requer atenção constante, mostra-se inviável a empresa vencedora do certame contratar pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional para este serviço.

Tal justificativa encontra amparo no §4º do art. 5º do Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018.

No mais, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa pronunciou-se, por meio do PARECER n. 00255/2019/CONJUR-MD/CGU/AGU, pela inaplicabilidade do Decreto 9.450/2018 às Forças Armadas. Observe-se a ementa:

"EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR. DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018. CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PRESOS OU EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL. UNIFORMIZAÇÃO DE TESE SOBRE SUA APLICABILIDADE ÀS FORÇAS ARMADAS. INVIABILIDADE.

1. Com amparo nas considerações técnicas emanadas dos três Comandos Militares, dadas as peculiaridades da atividade militar, mostra-se inviável a aplicação do disposto no Decreto nº 9.450/2018 às Forças Armadas e ao Ministério da Defesa, sob pena de fragilização de valores constitucionais de tamanha envergadura, tais como a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, ainda, da lei e da ordem.

2. Do ponto de vista jurídico, a não aplicação desse normativo encontra legitimidade no previsto no §4º do art. 5º do mesmo Decreto, o qual excepciona de seu âmbito de incidência os casos, devidamente justificados, em que a utilização da mão de obra de presos ou egressos do Sistema Prisional se mostre inviável para a administração. Nesse sentido,

considera-se que as considerações apresentadas pelos Comandos servem de justificativa para a escusa.

3. Pela abertura de tarefa: (i) via Sapiens às três Consultorias Jurídicas-Adjuntas das Forças para ciência deste Parecer e adoção das providências cabíveis no âmbito de sua alçada, (ii) via Sapiens à Consultoria Geral da União - CGU/AGU, assim como às Consultorias Jurídicas da União nos estados, para ciência deste Parecer e adoção das providências cabíveis no âmbito de sua alçada, e (iii) via SEI para a SEPESD, para ciência deste Parecer e adoção das providências cabíveis no âmbito de sua alçada, inclusive quanto à avaliação em submeter este parecer à aprovação ministerial, para fins de lhe conferir efeito vinculante."

O referido parecer foi aprovado pelo Despacho Decisório nº 15/GM-MD, de 29 de maio de 2019, do Sr. Ministro de Estado da Defesa, com efeitos vinculantes às Forças Armadas, na forma do artigo 42 da Lei Complementar 73/1993.

Porto Alegre-RS, 30 de março de 2026.

RENATO CANCHERINI LEFONE – TENENTE CORONEL

Ordenador de Despesas da Comissão Regional de Obras 3